

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.571 - RJ
(2019/0311276-1)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : CARLOS ANTONIO DA SILVA FERNANDES
ADVOGADOS : GABRIEL SANT'ANNA QUINTANILHA - RJ135127
MICHEL YAZIGI DE JESUS - RJ178138
EMBARGADO : LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS ZVEITER - RJ071132
OTÁVIO DE OLIVEIRA PORTO - RJ141706
EMBARGADO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO BUENO - DF027450
MARCELA GOMIDE NETO DE PAULA E OUTRO(S) -
DF036957

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CARLOS ANTONIO DA SILVA FERNANDES à decisão de fls. 875/876, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Como pode ser verificado nos documentos recebidos em 10/12/2019, pelo STJ, a suspensão de prazo no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, ocorreu nos dias 01/03/2019 (sexta-feira), 04/03/2019 (segunda-feira), 05/03/2019 (terça-feira), 06/03/2019 (quarta-feira).

- Decreto nº 46.577, de 14 de fevereiro de 2019: “Fica considerado ponto facultativo, apenas nas repartições públicas estaduais localizadas na Capital do Estado do Rio de Janeiro. (Publicação 15.02.2019)”

- Art. 66, inciso III da Lei Estadual nº 6956, de 13 de janeiro de 2015. (Publicação 14.01.2015 - DORJ-I, n. 8, p. 4.). Decreto nº 46.577, de 14 de fevereiro de 2019.

Vale ressaltar, que o acórdão fora publicado no dia 25/02/2019 (segunda-feira), sendo o início da contagem do prazo, iniciado no dia seguinte, 26/02/2019 (terça-feira), terminando exatamente no dia 22/03/2019 (sexta-feira), tendo em vista a suspensão de prazo de 4 dias, no TJ/RJ, conforme comprovado acima.

O documento juntado é idôneo, pois fora extraído do site do Tribunal de justiça de origem, comprovando-se a fé pública.

Portanto, não é possível falar em intempestividade, uma vez que o Recurso Especial, foi protocolizado antes do prazo fatal.

A própria decisão da Terceira Vice-Presidência, do Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro, comprovou a tempestividade do Recurso (fls. 880/881).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Esclareça-se que o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/03/2016, já sob a égide do novo *códex* processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Cumprе ressaltar, pois se encontra pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento idôneo, providência que não foi cumprida na apresentação do recurso.

Veja-se que documento retirado da rede mundial de computadores, incluindo cópia de calendário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro ou mera relação de feriados, sem juntar o inteiro teor do respectivo ato normativo, como feito pela parte às fls. 867/871, não tem o condão de afastar a intempestividade.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. COMPROVAÇÃO POSTERIOR DE FERIADO LOCAL OU SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS. COMPROVAÇÃO EFETIVA.

1. A Corte Especial do STJ pacificou o entendimento de que a existência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense há de ser demonstrada por documento oficial ou certidão, expedida pelo Tribunal de origem, que afirme o período no qual ocorreu um desses fatos (STJ, EREsp 884.009/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ acórdão Ministro Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 11/4/2014).

2. Na forma da jurisprudência, "a comprovação da tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou suspensão de expediente forense

no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final pode ocorrer posteriormente, em sede de Agravo Regimental" (STJ, AgRg no AREsp 137.141/SE, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Corte Especial, DJe 15/10/2012).

3. Para efeito de tempestividade, a prova do feriado local ou recesso forense deve ser feita pela parte interessada por meio de documento idôneo, não servindo cópia do calendário do judiciário extraído da internet.

4. Agravo interno provido. (AgInt no AREsp 1250938/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, , julgado em 9/10/2018, DJe de 15/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. DOCUMENTO IDÔNEO À COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POSTERIOR. ART. 932 E 1.003 DO CPC/2015

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

2. A Corte Especial, em 19/02/2012, no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, firmou orientação segundo a qual "a comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental".

3. A parte recorrente deve comprovar a existência do feriado ou o ato de suspensão "por meio de documento idôneo (cópia da lei, ato normativo ou certidão exarada por servidor habilitado)" (AgRg nos EDcl no AREsp 306.522/RJ, Relator Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 10/09/2013), não servindo para tanto a mera menção à existência de portaria ou a juntada de calendário do Tribunal de origem. 4. Na vigência do novo Código de Processo Civil (art. 1.003, § 6º), a ocorrência de feriado local deve ser demonstrada por documento idôneo, no ato da interposição do recurso.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1158537/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 26/6/2018, DJe de 8/8/2018)

Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos

autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no decisum embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente